

NÚMERO AVULSO 50 CENTAVOS

Série de 12 números, pagamento adiantado, 6\$00

Publicidade a preços convencionais

Editor — Eduardo Lopes

Tiragem: 10 000 exemplares

DIRECTOR

HENRIQUE GALVÃO

CORPO REDACTORIAL

HUGO ROCHA

J. MIMOSO MOREIRA

MÁRIO DE FIGUEIREDO

Redacção e Administração:

PALÁCIO DAS COLÓNIAS

(Palácio de Cristal)

▼ (TELEFONE 88) ▼

Composto e impresso na «Imprensa Portuguesa», Rua Formosa — Porto



ULTRAMAR

ORGAO OFFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL



O ÊXITO de ULTRAMAR, revelado com o acolhimento que foi feito ao seu primeiro número, dá-nos a certeza de que à sua função, meramente oficial, de órgão da I Exposição Colonial Portuguesa se antepõe, para o público, a de propagandista da ideia colonial que a Exposição vai, por assim dizer, corporizar.

Não nos cumpre gastar muitas palavras com um facto que nos sensibiliza mais pelo que representa de compreensão daquela ideia do que pelo que tenha de encomiástico para o nosso esforço.

Entretanto, à imprensa diária da Metrópole que ao aparecimento de ULTRAMAR se referiu, já, e a todos os amigos da Exposição que nos tem distinguido com o seu aplauso, o nosso agradecimento mais sincero.

Não podemos deixar, também, de registar, vivamente penhorados, os cumprimentos que nos tem sido enviados, a-propósito da saída do primeiro número de ULTRAMAR.

Este penhorante acolhimento está, de resto, bem confirmado nos pedidos de assinatura que nos tem sido dirigidos, da Metrópole e de alguns pontos do Ultramar.

Registando o agrado que o primeiro número despertou, esperamos que os subseqüentes honrem, o mais possível, tal acolhimento de simpatia e de aplauso.

TRES ANOS DE GOVERNO NO MINISTERIO DAS COLONIAS

O que tem sido a estabilidade ministerial na pasta dos negócios do Ultramar — A obra do Ministro das Colónias em três anos de governo

Passou há dias, o terceiro aniversário da posse do sr. dr. Armino Monteiro no cargo de Ministro das Colónias.

O facto não tem apenas um significado platónico — esse vago pretexto para felicitações, em que se consomem cartões de visita e contumélias. Sugere uma crónica — uma crónica que não é difícil de escrever e que é oportuna — pois dele resulta uma lição objectiva e que é de meditar.

De 1820 até hoje — para não irmos mais atrás e porque neste ano se inaugura o figurino pelo qual a política vestiu daí por diante — houve 224 mudanças ministeriais na pasta por onde tem corrido os negócios do Ultramar.

Quere dizer: a média de tempo do governo de cada ministro foi seis meses!

Houve ministros que apenas governaram um dia. Com seis, doze e quinze dias de governo, houve mais de vinte.

Nos anos de 1821, 1822, 1823, 1824, 1833, etc., houve quatro ministros por ano. Em 1837 e 1839 houve seis. Em 1820 houve oito.

Governaram mais de um ano seguidamente: José Joaquim Monteiro Torres (1825), 1 ano e 6 meses; Joaquim António de Magalhães (1828), 1 ano e 9 meses; Visconde de Sá da Bandeira (1838), 1 ano e 1 mês; Conde de Bomfim, (1839), 1 ano e 4 meses; Joaquim José Falcão (1842), 3 anos e 7 meses; Visconde de Castellos (1849), 1 ano e 10 meses; António de Atouguia (1852), 4 anos e 1 mês; Visconde de Sá da Bandeira (1856), 2 anos e 8 meses; Carlos Bento da Silva (1860), 1 ano e 6 meses; José da Silva Mendes Leal (1862), 2 anos e 9 meses; Visconde da Praia Grande de Macau (1865), 2 anos e 4 meses; Latino Coelho (1868), 1 ano e 20 dias; João de Andrade Córvo (1872), 2 anos e 9 meses; Tomaz António Ferreira (1878), 1 ano e 1 mês; Marquês de Sabugosa (1879), 1 ano e 17 dias; José de Melo Gouveia (1881), 1 ano e 1 mês; Manuel Pinheiro Chagas (1883), 2 anos e 2 meses; Ferreira do Amaral (1892), 1 ano e 1 mês; Neves Ferreira (1893), 1 ano e 11 meses; Jacinto Cândido (1895), 1 ano e 3 meses; António Eduardo Vilaça (1898), 1 ano e 10 meses; António Teixeira de Sousa (1900), 2 anos e 8 meses; Manuel Rafael Gorjão (1903), 1 ano e 8 meses; Manuel Moreira Júnior (1904), 1 ano e 4 meses; Aires de Ornelas e Vasconcelos (1906), 1 ano e 2 meses; Alfredo Rodrigues Gaspar (1922), 1 ano e 9 meses; João Belo (1926), 1 ano e 7 meses; Bacelar Behião (1928), 1 ano e 3 meses; Armino Monteiro (1931), 3 anos.

Depois de 1910, em 69 ministérios, só quatro ministros governaram mais dum ano — e desses quatro, três pertencem ao período que começa em 1926.

Desde 1820 só se mantiveram no poder durante mais de dois anos Joaquim José Falcão, que tomou posse em 1842; António de Atouguia (1852); Visconde de Sá da Bandeira (1856); José da Silva Mendes Leal (1862); Visconde da Praia Grande de Macau (1865); João de Andrade Córvo (1872); Manuel Pinheiro Chagas (1883); António Teixeira de Sousa (1900) e Armino Monteiro (1931).

O actual Ministro das Colónias é, por consequência, o *recordman* da estabilidade desde 1856. De 1820 até 1856 só dois ministros excederam o seu tempo de Governo.

Entre parêntesis, uma nota curiosa anterior a 1820: Em 1770



Dr. Francisco Vieira Machado

Sub-Secretário de Estado das Colónias

O sr. Sub-secretário de Estado das Colónias, colonialista ilustre e distinto economista a quem em boa hora foi confiado o elevado cargo que exerce. Visitará brevemente as obras da Exposição.

EDITADA pela Agência Geral das Colónias e pelo Secretariado da Propaganda Nacional, vai aparecer uma revista intitulada *O Mundo Português*, de que será director o sr. dr. Augusto Cunha, considerado funcionário superior do Ministério das Colónias.

A nova revista oficial destina-se, principalmente, a fazer a propaganda literária do nosso Império Colonial, nela devendo colaborar, além dos nomes de prestígio no colonialismo português, os escritores e jornalistas que a ideia colonial tem empolgado e a cuja obra literária e jornalística se deve, notavelmente, a vitória daquela ideia.

ULTRAMAR, que não pode ser indiferente a uma iniciativa que, de algum modo, contribuirá, também, para a propaganda da I Exposição Colonial Portuguesa, faz votos sinceros pelo êxito de *O Mundo Português*, seu colega que, em breve, aparecerá e que, desde já, saúda.

O Boletim da Sociedade Luso-Africano do Rio de Janeiro, órgão oficial duma das mais prestigiosas organizações portuguesas da capital do Brasil, tem jus, pelo que representa de alevantadamente português, ao carinho de todos nós.

Não é, apenas—fixe-se bem—uma publicação portuguesa como tantas. E', acima de tudo, uma publicação excelente em cujas colunas se faz uma propaganda do nosso Império Colonial digna de todo o interesse.

Eis porque a recomendamos, gostosamente, a quantos professam a doutrina do colonialismo português, não devendo esquecer que a I Exposição Colonial Portuguesa temido, no *Boletim da Sociedade Luso-Africano do Rio de Janeiro*, justas referências.

Queremos, a-propósito, reproduzir parte do que, no seu n.º 6, de Julho, Agosto e Setembro do ano pretérito, dizia aquele *Bol-tim*, sob a epigrafe *Exposição Colonial Nacional do Pôrto*:

O Pôrto — a invicta e leal cidade — vai pôr mais uma vez em prova os seus créditos, com a realização, em 1934, de uma Exposição Colonial Nacional.

Em boa verdade, não se compreendia nem se explicava a manifestação indifferença com que o Pôrto vinha encarando o movimento que em Portugal e até nos portugueses residentes no estrangeiro se nota e patenteia claramente em favor das nossas Províncias Ultramarinas. E semelhante indifferença era tanto mais de estranhar quanto é certo ser a segunda cidade da Nação considerada como o maior parque das actividades económicas de Portugal.

Felizmente, a laboriosa cidade nortenha despertou e mostra-se disposta a honrar as suas brilhantes tradições, pondo ao serviço da causa colonial — que é, afinal, a causa da Nação — tôdas as suas excepcionais facultades de entusiasmo, de patriotismo e de operosidade.

Eis algumas expressões de justiça que nos apraz registar.

♦ ♦ ♦

MORREU, em fins de Julho pretérito, no Jardim Vasco da Gama, em Lourenço Marques, o majestoso leão que ali se encontrava, há muitos anos.

O formoso exemplar, que constituía, sem dúvida, o mais belo ornamento zoológico daquele parque, deve, a estas horas, estar embalsamado, a fim de ir fazer parte do recheio do Museu Provincial existente na capital de Moçambique.

Sugere-nos este *sueito* a recordação que conservamos do belo animal, demoradamente observado numa visita àquele Zoo, em Julho de 1932.

Alguém lembrara, então, a possibilidade de vir para o Pôrto, com o fim de figurar na Exposição, o corpulento leão que era, por assim dizer, o *ex-libris* do Jardim Vasco da Gama.

Agora mesmo, conhecido o infastoso evento da sua morte, alguém alvitrou, também, a vinda do belo corpo embalsamado.

De momento, porém, a melhor homenagem que podemos prestar ao *rei das selvas*, que era o enlêvo de toda a infância de Lourenço Marques e cuja mansidão a todos impressionava, é evocá-lo nesta nota breve, que vai, certo, ser lida por muitos dos que conheceram o velho leão da capital de Moçambique, ornamento mais belo do seu mais belo jardim.

tomou posse Martinho de Melo e Castro, que se conservou 25 anos e 7 meses no poder.

Os números que atrás deixamos, dispensam comentários. O leitor já os fez com justiça, exactos e prontos, se teve paciência de nos acompanhar até aqui.

As conclusões a tirar destes factos e daqueles que acompanharam cada um dos ministros citados são lógicas: Primeiro, houve um esbôço de resurgimento sempre que a estabilidade ministerial foi mais duradoira; segundo, só realizaram obras de interesse os ministros... que tiveram tempo para governar.

Como o actual Ministro é um exemplo raro de estabilidade na pasta das Colónias é curioso recordar, neste termo do seu terceiro ano de Governo, a obra realizada.

I — Obra Política e Administrativa:
— Realização da Ideia Imperial, pela Carta Orgânica do Império.
— Reforma Administrativa Ultramarina.
— Conferência de Governadores.
— Propaganda da política imperial; Viagem a Paris; Viagem às Colónias; Publicações da Agência Geral das Colónias; Criação da revista *O Mundo Português*; Criação da Ordem do Império; vinda à Metrópole de Companhias Indígenas.

II — Obra Financeira:
— Equilíbrio dos orçamentos de 31-32, 32-33 e 33-34.
— Reconstituição da ordem financeira (Dec. 20:260 e Dec. 21:054).
— Liquidação do passado.

III — Obra Económica:
— Aproximação comercial das Colónias entre si.
— Aproximação comercial da Metrópole e das Colónias.
— Criação do Crédito Industrial em Moçambique.
— Realização do princípio de que a economia de cada Colónia deve bastar para as suas próprias transferências.

— Leis de transferências de Angola, Moçambique e Timôr.
— Fundos cambiais de Angola e Moçambique.
— Reconstituição do Banco Nacional Ultramarino.
— Nacionalização das moedas de Moçambique e da Companhia de Moçambique.

— Exposição Colonial de Paris.
— Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques.
— I Exposição Colonial Portuguesa.
— Criação das Casas da Metrópole e do Ultramar.
— Pequenas manifestações da Agência Geral das Colónias.
— Prémios à cultura do algodão.
— Concessões de terreno para pecuária (Dec. n.º 21:155).
— Alcool carburante.
— Florestas de Angola (Dec. n.º 21:260).
— Protecção à Agricultura de S. Tomé.
— Protecção aos géneros coloniais.

IV — Obra Judicial:
— Suspensão das remessas de degredados para Angola.
— Degredo nas Colónias.

A crónica vai longa para poder conter comentários. De resto, os factos dispensam-nos. O leitor tornou a fazê-los, com justiça, exactos e prontos, se teve a paciência de nos acompanhar até ao fim.

HENRIQUE GALVÃO.

Da protecção ao indígena

O problema da assistência ao indígena das nossas províncias ultramarinas tem sido, desde o período da fixação e dentro das nossas possibilidades, objecto de carinhosos cuidados não só da parte do Estado como das numerosas entidades particulares de exiguos e abundantes capitais.

Na Ilha do Príncipe, em S. Tomé e em Angola, junto ao litoral ou em pleno interior, tive a consoladora ocasião de apreciar as medidas adoptadas de profilaxia e de assistência, que já são notáveis, cercando o preto. E são magníficos hospitais, aconchegadas maternidades, apreciáveis creches valorizadas com os mais actualizados arsenais de cirurgia e de medicamentos, alguns dos quais de preço elevadíssimo e numa abundância e variedade que fariam inveja aos congéneres da Metrópole. E acompanhando esses belos estabelecimentos de assistência social verifica-se a marcha fatigante, arrotando, por vezes, a inclemência do clima e o perigo dos contágios, das brigadas clínicas empenhadas científica e humanamente no ataque aos flagelos constantes da variola, pneumónica e doença do sono que dizem, principalmente na mais tenra infância, dezenas de indígenas.

Embora o preto de determinadas tribus, por característica desconfinança ou indolência tímida, prefira os curandeiros e feiticeiros, que tem prestígio nas sanzalas, à terapêutica moderna, constata-se que a maioria, principalmente o assalariado, aceita de bom grado a intervenção e o conselho dos nossos médicos.

Tem-se gasto com largueza somas importantes no combate às epidemias no sentido de proteger o preto, proporcionando-lhe saúde, valorizando-o como apreciável capital humano, que representa, como principal unidade activa dos valores reais das colónias. Nunca será demasiado esse esforço que, mais tarde, terá, evidentemente a sua compensação na exploração da riqueza do solo e nas imensas possibilidades de produção e consumo.

Referir pormenorizadamente os cuidados que a assistência ao preto tem merecido aos portugueses é tarefa que não se pode sintetizar nesta meia dúzia de linhas, é tema que encheu teses palpantes e deu assunto a muitos volumes curiosos.

A protecção está apreciavelmente documentada por forma admirável nas nossas colónias ainda que tal afirmação, sincera e de fácil análise, pese a certos ambiciosos detractores estrangeiros.

MÁRIO DE FIGUEIREDO.

ASSUNTOS COLONIAIS

O ensino liceal-técnico nas Colónias

Noticiaram há dias os jornais que em Lourenço Marques vai ser inaugurada uma escola de ensino técnico-liceal.

Eis uma medida de grande alcance para a finalidade do ensino colonial e que há muito já deveria ter sido praticada.

Verifica-se na Metrópole, de há uns tempos para cá, uma propaganda no sentido de prestigiar o ensino técnico, se bem que as atenções governamentais sejam monopolizadas por uma protecção exclusiva do ensino liceal.

De vez em quando descobre-se que há uma superprodução de médicos, advogados, professores e engenheiros. Começa a dizer-se, então, em côro, que é preciso restringir a frequência liceal e proteger o ensino técnico. Mas passado tempo esquecem-se as palavras: a frequência liceal vai aumentando e a população das escolas comerciais e industriais deminui, não por falta de alunos, mas por um exagerado limite de matrículas.

É sabido que poucos estudantes frequentam o liceu para obterem uma cultura geral. Salvo raras excepções os alunos dos liceus são candidatos a engenheiros, médicos, professores, advogados, etc.

O ensino liceal não representa, portanto, uma finalidade, antes é um meio de conseguir uma futura valorização. Ao passo que o ensino técnico é já, de per si, uma finalidade profissional.

É evidente que as características do ensino liceal metropolitano são idênticas às do ensino colonial. E pergunta-se:

Qual a finalidade do ensino liceal nas colónias?

Será um instrumento de cultura?

Penderá para uma finalidade profissional?

Responde-se a estas perguntas dizendo que para cultura geral é insuficiente; para finalidade falta-lhe o complemento universitário. Fica, portanto, a finalidade social do ensino nas colónias reduzida a proporções diminutas.

Assim não sucederá, porém, se a Escola de ensino técnico-liceal, a inaugurar em Lourenço Marques, der os resultados positivos que esperamos. E então em lugar de se criarem escolas técnicas nas colónias, bastará adoptar o ensino liceal ao técnico, experimentando-se assim uma curva modalidade pedagógica liceal-técnica.

Até hoje o estudo liceal não é considerado como profissão. Mas devemos habituarmo-nos a considerar o estudante como um trabalhador que estuda.

A vida moderna representa o triunfo no trabalho. E no nosso tempo o estudo não deve ser encarado como um passatempo espiritual, mas sim como uma finalidade técnica, profissional.

E quem sabe se estas directrizes do ensino técnico-liceal representarão as normas pedagógicas futuras?

VIRIATO GONÇALVES.

Excursões escolares à Exposição

Do sr. António Augusto Baptista, desta cidade, recebemos uma carta lembrando a conveniência de promover por ocasião da Exposição uma reunião ou congresso dos professores das escolas primárias de todo o país em visita ao certame, onde colheriam elementos que constituiriam motivos para conferências a efectuar, depois, sobre o nosso Império Colonial nos diversos concelhos do País.

A ideia, plena de interesse, não é nova. Ao confeccionar-se o programa da Exposição essa iniciativa foi prevista, tendo o sr. tenente Henrique Galvão, director do certame, promovido uma larga distribuição de circulares pelos professores dos estabelecimentos de ensino oficial do País, incitando-os a realizar excursões, com os seus respectivos alunos, por ocasião do funcionamento da Exposição.

A propósito — e por utilidade de novamente se recordar o assunto — transcrevemos parte da referida circular concebida nos seguintes termos:

«A exemplo do que promoveu o Conselho Federal das Sociedades Populares de Educação e Recreio referido, tomo a liberdade de propor a V. Ex.^a a organização duma excursão escolar entre professores e alunos desse estabelecimento, a que se poderiam associar pessoas de família dos alunos, criando a partir de Janeiro uma «bolsa de viagem» com uma quotização semanal ou mensal, por forma a capitalizar uma importância, completa ou aproximada, para as despesas duma viagem de três dias, pelo menos.

A excursão pode ser realizada em autobus ou em caminho de ferro, sendo fácil aos iniciadores conhecer com antecedência os encargos para cálculo da despesa total.

A melhor ocasião para essa visita seria o mês de Julho, após a terminação dos trabalhos escolares, estando o Director Técnico da I Exposição Colonial Portuguesa estudando o processo de recepção aos professores e alunos das escolas do País, no sentido de lhes preparar alojamento por preços especiais, estabelecida que seja uma escala entre os grupos excursionistas escolares de que fôr tomando conhecimento.

Espero que este assunto mereça a V. Ex.^a o interesse relativo à importância dum certame que pela primeira vez se faz em Portugal».

J. J. J.

São as iniciais com que um ilustre diplomata e escritor, há anos representando dignamente Portugal na Holanda, subscreve o artigo, que hoje publicamos, intitulado «Um Império Colonial representa a Alma e a Vida dum Povo».

Dêsse distinto homem de letras, cuja colaboração muito nos honra, inseriremos no próximo número novo artigo denominado «Exigências comerciais-geográficas e o espírito de expansão colonizadora. Um sistema de compensações e o perigo das penetrações económicas».

Todos os valores económicos das Colónias e Metropolitanos prestam o seu concurso ao grandioso certame

Continuação da lista dos senhores expositores inscritos para o certame:

Mário Soares Peixoto, Rua da Carcereira, 1117, Pôrto; António Gomes de Sousa & C.^a, Rua da Lomba, 153 (Armando Gato), Pôrto; Simões, Irmão & C.^a, Lda, Rua do Almada, 179-1.^o, Pôrto; Eduardo Moreira Simões, Rua do Almada, 179-1.^o, Pôrto; Fábrica de Louça Sacavém, Lda, Rua da Prata, 130, Lisboa; Fábrica Vitória, Lda, Rua Capitão Humberto de Ataíde, 13, Lisboa (J. Lopes de Moraes, Rua 31 de Janeiro, 18, Pôrto); Carlos Silva & Barbosa, Lda, Rua José Falcão, 61-1.^o, Pôrto; Fábrica de Penas de Aço de Zelerino Alves Moreira, Monte dos Burgos, Pôrto; Manuel Ferreira Cancela, Rua do Heroísmo, 279, Pôrto; Companhia de Moçambique, Largo da Biblioteca, Lisboa; Eduardo Pereira Pinto & Filho, Rua do Bomjardim, 437-A, Pôrto; Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, Av. Miguel Bombarda, Guimarães (representada por António Emílio de Magalhães, Suc., Galeria de Paris, 61, Pôrto); Cassaigne, Lda, Av. da França, 56, Pôrto; Fábrica de Lanifícios de Lordele, Rua de Serralves, 351, Pôrto; Armando Pinto & Irmão, Rua de Santa Catarina, 17, Pôrto; Vidago, Felgoso & Pedras Salgadas, Rua da Canelela Velha, Pôrto; Martins & Irmão, Longra, Felgueiras; Mendes Pereira, Lda, Campo Grande, 390, Lisboa; Arjundo Carneiro, Rua S. Roque da Lameira, 1415, Pôrto; Guimarães Pestana, Lda, Serra do Pilar (Arménio Salgado), Vila Nova de Gaia; A Universal, Av. da República, 1222, Vila Nova de Gaia; Edmundo Adriano, Rua do Paraíso, 254, Pôrto; António Peixoto, Rua de Santo André, Braga; Joaquim da Costa Oliveira & C.^a, Rua Silva Brinco, 243, Pôrto (representado por José Faria, S. Mamede de Infesta); Sena Sugar States, Lda, Avenida da Índia, Lisboa; A. Pinto dos Santos Júnior & C.^a, Rua da Bica, 12, Vila Nova de Gaia (representado por António Pinto dos Santos, Rua da Boavista, 535); António da Rocha Leão, Sucrs., Rua da Bica, 12 (rep. retrocitado), Vila Nova de Gaia; Maurício de Andrade, Rua de Cedofeita, 297, Pôrto; Vieira e Reis, Lda, Rua da Constituição, 302, Pôrto; Camilo Francisco Rodrigues, Rua João Dinis, 532, Pôrto; Adão Machado e Silva, Largo dos Loios, 9, Pôrto; Litografia Nacional, E. Malmerendas (António de Sousa), Pôrto; Otrivesiana Cunha, Rua 31 de Janeiro, 200, Pôrto; Companhia de Linhas Coats & Clark, Lda, Rua Duque de Loulé, 86, Pôrto; Luis Soares, Rua de Malmerendas, 22, Pôrto; José Martins Marques, Avenida do Carvalho, 1, Gondomar; Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filhos, Rua de S. João, 111, Pôrto; José Francisco da Silva Filho & Genro, Miradouro, Guimarães; Engenheiros Reunidos, Lda, Rua Passos Manuel, 33, Pôrto; Companhia Colonial de Navegação, Rua Instituto Vergílio Machado, 14, Lisboa; Armando Correia, Rua do Cemitério de Agramonte, Pôrto; Tenório & Madeiras, Lda, Rua Oriental do Mercado, Setúbal; Leitaria da Quinta do Paço, Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 49, Pôrto; Sociedade Agrícola de Cassequil, Largo do Carmo, 18-1.^o-D., Lisboa; Albino de Mattos & Barros, Lda, Rua do Comércio, Freamunde; Cândida Nogueira Alves, Rua da Boa Hora, 15, Pôrto; Electro Central Vulcanizadora, Lda, Rua Alexandre Herculaniano, 396, Pôrto; António Dias de Faria, Rua do Almada, 458, Pôrto; António Covas, Rua do Almada, 97-1.^o, Pôrto; Sociedade Industrial de Manequins & Artes Decorativas (Smard), Rua das Pedras Negras, 24-1.^o, Lisboa; Fábrica Portuguesa de Balanças, Lda, Travessa da Rua do Loureiro, 19, Pôrto; Figueiroa & Esteves, Lda, Rua de Santo Ildelonso, 76, Pôrto; João Camacho Pereira, Rua de Sá da Bandeira, 163-2.^o, Pôrto; Guimarães & C.^a, Rua Viterbo de Campos, Vila Nova de Gaia; Conselho Nacional de Turismo, Ministério do Interior, Lisboa; Sociedade de Perfumarias Gonçalves & Gomes, Rua Dr. Barbosa de Castro, 40, Pôrto; Banco de Angola, Rua da Prata, Lisboa; Bosch & Bayling, Rua Soares dos Reis, 500, Vila Nova de Gaia; André Beauvillet (Fábrica Eureka), Rua Alexandre Herculaniano, Pôrto; Sociedade dos Vinhos António Ferreira Meneses, Sucrs., Cais da Fontinha, Vila Nova de Gaia; Ach. Brito, Travessa da França, 7, Pôrto.

Alojamentos no Pôrto

HOTÉIS — Grande Hotel do Pôrto, R. de Santa Catarina, 90, com 116 camas, diária 55\$00 a 180\$00 (tem uma Sucursal, na Trav. do Grande Hotel, com 27 quartos e 28 camas, sendo os preços só de quarto sem comida, de 8\$00 a 20\$00, podendo os Ex.^{mos} hóspedes, comer no Hotel, pagando as refeições aos preços da tabela); Aliança, R. Sampaio Bruno, 53, 45 quartos, diária 30 a 50\$00; Grande Hotel da Batalha, Praça da Batalha, 70 quartos, diária 28 a 50\$00 (dos 70 aposentos, são 27 de uma pessoa, 20 de casal com uma cama, 19 com duas camas de família e, 3 a 5 camas); Grande Hotel de Paris, R. da Fábrica, 45 quartos, diária 42 a 60\$00 (tem água quente e fria, em todos os quartos, alojamento, para 60 pessoas); Peninsular Hotel, R. Sá da Bandeira, 21, 48 quartos, diária 35 a 60\$00 (tem leitos, para 73 pessoas); Hotel Sul Americano, Praça da Batalha, 54 quartos, diária 31 a 53\$00; Hotel Internacional, R. do Almada, 131, 14 quartos, diária 20 a 30\$00; Hotel Nacional, R. de Entreparedes, 16, 16 quartos, diária 25 a 30\$00; Hotel Caminhos de Ferro, R. da Estação de Campanhã, 27 quartos, diária 25 a 30\$00; Hotel Continental, R. de Entreparedes, 12, 25 quartos, diária 32\$50 a 44\$50 (muitos destes quartos, alojam 2 e 3 pessoas).

PENSÕES — Pensão Restaurante Melo & Cunha, R. Magalhães Lemos e Bomjardim, 22 quartos, diária 25 a 50\$00 (pequeno almoço, 2\$50; almoço, 14\$00; jantar 16\$00); Pensão Lisboense, R. Sampaio Bruno, 36, 20 quartos, diária 22\$50 a 30\$00 (pequeno almoço, 3\$00; almoço, 10\$00; jantar, 12\$00; quarto, de 10 a 12\$00); Pensão Astória, R. Gonçalo Cristóvão, 236, 14 quartos, diária 15, 18 a 20\$00 (tem uma Sucursal, na R. da Senhora da Luz, 333 — Foz, com 19 aposentos, sendo a diária de 20, 25 a 30\$00); Pensão e Restaurante Rainha, Praça da Liberdade, 66, 14 quartos, diária 22 a 25\$00; Pensão dos Aliados, R. Elísio de Melo, 27-2.^o, 35 quartos, diária 16 a 20\$00; Pensão Campanhã, R. da Estação, 16 quartos, diária 20 a 25\$00; Pensão Mesquita, R. do Bomjardim, 276, 15 quartos, diária 22 a 28\$00; Pensão Palace, R. do Sol, 29, 10 quartos, diária 25 a 35\$00; Pensão Suíça, Galeria de Paris, 34-2.^o e 3.^o andar, 3,4 ou 5 quartos, diária 15 a 22\$00; Pensão Basto, Praça Guilherme Gomes Fernandes, 59, 14 quartos, diária 18 a 20\$00; Pensão Vidal & Constantino, Sucrs., R. Sampaio Bruno, 32, 15 quartos, diária 24 a 27\$00; Pensão Pinto Bessa, R. da Estação, 56 (Campanhã), 15 quartos, diária 20 a 25\$00; Pensão Comércio (Antigo «Mallhões»), R. do Comércio do Pôrto, 142, 8 quartos, diária 12\$50 a 20\$00.

N. B. — Noutra nota, daremos detalhes à medida que os fórmos recebendo.

A Africa Portuguesa vista por um Poeta

Teixeira de Pascoais, o grande Poeta português, filósofo e lírico em cujos versos tem passado a melhor essência do pensamento lusuado, falou, assim, numa entrevista, da Africa em que se hasteia o pavilhão de Portugal:

Então a alma luso-galaica, sentimentalmente revelada pelos poetas, encontrará a sua expressão religiosa e filosófica, contendo os princípios definidores duma nova civilização: a civilização luso-galaica.

Mas esta civilização necessita dum campo geográfico mais vasto que aquele que os dois povos ocupam na Península Ibérica.

— Mas onde encontrar êsse território?

— Naturalmente nas nossas Colónias, sobretudo na Africa Occidental, ou seja Angola, onde Portugal e a Galiza, de mãos dadas, deveriam criar uma nova e grande nacionalidade, como que um novo Brasil do outro lado do mar!

— Que meios se propõem para a realização destes fins?

— O que é preciso, desde já, é que o povo galego emigre de preferência para a Africa Portuguesa, onde o nosso Governo deve dar aos emigrantes nossos irmãos as mesmas vantagens que aos portugueses.

Realmente, se tal acontecer, evitaremos a influência desnacionalizadora italiana e alemã, etc., porque, como disse, o galego é português.

Portugal e a Galiza dariam à Africa uma população bastante para se criar, ali, um grande Império, que perpetuaria no mundo os dois belos povos que são o mesmo povo, porque os anima o mesmo espírito idealista e criador.

— Portanto V. Ex.^a manifesta a opinião de que o que temos a fazer é, simplesmente, convidar a Galiza a colaborar com Portugal na formação dum grande Império, além-mar?...

— Evidentemente, é o que há a fazer. Tudo o mais é secundário.

Fixada, assim, a civilização luso-galaica, a sua influência no mundo será fatal e grandes dias nascerão, ainda, para os dois povos!...

IMPRESA COLONIAL

«O Comércio»

Sob a direcção do distinto jornalista Joaquim Faria, iniciou-se, com aquele título, em Luanda a publicação dum jornal, que se propõe defender as actividades económicas de Angola.

É excelente a sua colaboração e apreciação do aspecto gráfico.

Ao novo jornal, que aparece em substituição de *O Comércio de Angola*, desejamos largas prosperidades.

Um Império Colonial

representa a Alma e a Vida dum Povo

Diz-se, e com razão, Portugal é grande pelas suas colónias.

É admirável, em todos os tempos, que um pequeno povo, na costa occidental da Europa, na vertente do planalto dum outro povo guerreiro e maior em número de habitantes e em extensão territorial, apesar das contínuas extorsões de que foi vítima, possa imensas regiões dispersas pela África, Ásia e Oceânia, constituindo uma fonte de riquezas essenciais aos mercados externos e, isto, não contando com todas as suas possibilidades, ainda, por organizar e explorar convenientemente em proveito, não só da Mãe Pátria, mas da economia Universal.

No momento presente, económico-político, estão em foco as colónias de todos os países. Portugal, por um dever de justiça, ocupa um lugar de destaque como colonizador efectivo e até, amoral, já pelos estreitos laços que o unem ao Ultramar, como pelo antigo hábito duma colaboração profunda e bem enraizada que tem realizado contra todas as más vontades do exterior e contra a apatia e a inércia criminosas de tantos que não souberam aproveitar o nosso imenso império colonial fazendo-o prosperar até atingir uma grandeza e um valor real, canalizando para essas longínquas regiões, as correntes migratórias que já iam saturando o Brasil e a América do Norte. Esse erro, em parte, tem desculpa, sob o ponto de vista económico, pois, era o ouro que entrava na economia nacional, o suor, o sangue e as lágrimas dos nossos emigrantes.

Por toda a parte, desde a misteriosa África até à prodigiosa Ásia e à Indonésia cheia de beleza, o nome de Portugal aparece esculpido em rudes pedras: nos escombros de velhos baluartes; nos panos de murallas arruinadas; nos velhos tanhões e, nos costumes indígenas, nas diversões, (as corridas de zébus em Buba-bu, Zanzibar), nas línguas e dialectos que tudo isso nos falam da tradição, do antigo domínio português. São recordações que usurpadores ou conquistadores mais felizes não conseguiram esfumar desses povos e, lá estão, nessas paisagens exóticas, sob o Sol Criador, como vigiando a riqueza do solo e atestando o esplendor dum Portugal unido, cheio de Fé, amante do Belo, levando, com os seus filhos dilectos e por vezes, sacrificados, uma Religião e uma Moral, toda uma Civilização que seria, ainda, hoje, o orgulho de muitas nações, as mais poderosas e melhor apetrechadas do que a portuguesa.

Da velha civilização lusitana nessas regiões misteriosas, enebriantes e exaustivas,

os portugueses, doa a quem doer, foram os precursores dos métodos coloniais modernos. A nossa administração, por vezes, tão injustamente caluniada, deixou traços nos processos de colonização, no sistema judiciário e, o mais importante, no espírito dos habitantes. Nestes encontra-se, em todas as manifestações da sua vida social ou privada, a Obra Colonial dos nossos avoengos, a habilidade dos conquistadores e a doçura contemplativa tão afim com a dos povos desses climas ardentes. Fomos um povo de semeadores, mais tarde vilependiados e denegrida a nossa maravilhosa acção que, afinal, aproveitou a toda a Humanidade. Apesar-da ignorância, da inveja e da maldicência propositadas para deprimir essa nossa grandiosa Obra, ela aí está vivida, testemunho de quanto pode a Alma e a Vida dum Povo que é o Português.

Ficou-nos, desse Passado maravilhoso, um «retalho» das conquistas. Somos a terceira potência colonial em extensão e sem as dolorosas preocupações de separatismos revolucionários. É a continuação dum Portugal europeu, cujos limites acabam no Extremo Oriente, na pérola de Macau, apresentando ao Mundo, de hoje, convulsionado e às Nações desorientadas por males económicos e sociais, racistas e religiosos, a Ordem nesses rincões aonde tremula a bandeira das Quinas e, daí, só, a razão do prestígio que nos cumpre, a todos, defender das ambições, como um bom agricultor defende a árvore predilecta das plantas parasitas que ameaçam destruí-la.

E, as colónias portuguesas são outras tantas árvores da maior magnificência e em plena floração no jardim de Portugal.

Actualmente, está em foco o «momento colonial». Todas as atenções se desviam para o Além-mar como procurando animar a civilização occidental para lá transplantada à custa de envios esforços. Portanto, esses esforços comuns e de leal colaboração, à parte a inveja comercial, são interessantes de observar e são, também, preciosos ensinamentos para se utilizarem a tempo e à medida que os problemas de colonização efectiva e intensiva sejam solucionados, mercê das circunstâncias que a época presente nos traz e obriga a consagrar uma preferência decisiva às nossas colónias, cuja agricultura é importante e a indústria se desenvolve procurando um futuro tráfico com o exterior, dependendo somente de linhas regulares e frequentes com barcos ostentando o pavilhão português.

As linhas de navegação portuguesa re-

O FEITO HEROICO DO "quadrado" de Marracuene

FOI, SOLENEMENTE, COMEMORADO, NO PORTO

Com a organização que ULTRAMAR largamente anunciou, no seu primeiro número, realizou-se, no S. João-Cine, em 2 do corrente, a sessão comemorativa do 39.º aniversário do combate travado, em Marracuene, pórt de Lourenço Marques, entre as minguadas forças portuguesas, do comando do major Caldas Xavier, e os mangas landins do Matibejana.

Além do todo o elemento oficial do Pórt, especialmente convidado, centenas de pessoas, recrutadas nos meios militar, cultural, comercial e mundano da capital do Norte, assistiram, encantadas à projecção dos belos documentários cinematográficos de aspectos coloniais portugueses que constituíam o programa.

Causou grande emoção, sobretudo, a passagem das fotos de Mouzinho de Albuquerque e dalguns aspectos da sua gloriosa actividade em Moçambique — o produto líquido da sessão era destinado, como se disse, à subscrição aberta para custear o monumento a exigir, em Lourenço Marques, ao grande português — ouvindo-se, durante essa exibição, o toque marcial dum grupo de clarins do Regimento de Cavalaria 9, que tomou lugar em frente ao écran, à vista do público.

Além do primeiro número de ULTRAMAR, que foi recebido, com grande interesse, pelo público que assistiu à sessão, vendo-se em todas

as mãos, foi distribuído o primeiro número duma série de *plaquettes* intitulada *Padrões do Império*, contendo a descrição do feito de Marracuene, transcrita de *A guerra da África em 1895*, do grande estadista e colonialista António Ennes, e três interessantes fotos, reproduzindo a memória existente em Marcuene e o retrato de Caldas Xavier, comandante do heróico *quadrado*, na manhã de 2 de Fevereiro de 1895.

As mãos, foi distribuído o primeiro número duma série de *plaquettes* intitulada *Padrões do Império*, contendo a descrição do feito de Marracuene, transcrita de *A guerra da África em 1895*, do grande estadista e colonialista António Ennes, e três interessantes fotos, reproduzindo a memória existente em Marcuene e o retrato de Caldas Xavier, comandante do heróico *quadrado*, na manhã de 2 de Fevereiro de 1895.

A sessão assistiu, como representante da Agência Geral das Colónias, que a promovia, o ilustre Agente Geral, sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre.

A propósito, reproduzimos, a seguir, de *O Comércio do Pórt*, o intróito do desenvolvido relato que dedicou àquela sessão:

A ideia colonial, poderosamente alimentada, agora, com o que se está fazendo para a I Exposição Colonial Portuguesa, ganha, finalmente, o alento de que precisa, para viver e subsistir.

Por toda a parte, duma ponta à outra do Império Português, agita-se a bandeira do entusiasmo nacional. E proclama-se, com justiça, que as Colónias não são já olhadas como longínquos lugares de desterro, de expiação, de mistério, talvez, onde não faltam palmeiras bizarras e indígenas de olhos ardentes e pilarescos usos, mas como partes integrantes do mesmo todo como províncias da nação comum, mais longe da vista, mas sempre perto do coração...

A Agência Geral das Colónias, que o espírito tenaz do tenente-coronel Júlio Garcez Lencastre, colonial de sempre, dirige com invulgar acerto, vem realizando uma propaganda activa e inteligente das terras e das coisas portuguesas de além-mar.

É conveniente acentuar que o trabalho da Agência, organismo oficial que não dispõe, como seria preciso, de dotações opulentas. Joga, pelo seu dinamismo novo, às velhas normas da burocracia ministerial.

É um trabalho vivo, intenso, simpático, que tem, no ilustre Agente Geral e, dum modo particular, no chefe da divisão de propaganda o nosso distinto colega João Mimoso Moreira, verdadeiros motores, que não podem, que não sabem parar.



MERCADO
DE
BISSAU

Joalheria «man-
dinge» que figu-
ra no certame

AVISO

Vai encerrar-se a inscrição de expositores

São por este meio prevenidas todas as empresas, firmas ou indivíduos da Metrópole que desejem concorrer à I Exposição Colonial Portuguesa que a inscrição de expositores termina em 28 de Fevereiro nos termos do artigo 38.º do Regulamento Geral. Depois desta data até 30 de Março só serão aceites inscrições em prazo excedido nos termos do artigo 41.º do Regulamento Geral às quais corresponde uma taxa de inscrição tripla da normal.

Depois de 30 de Março sob pretexto algum são admitidas mais inscrições.

A POPULAÇÃO RURAL DE Entre Douro-e-Minho E A EXPOSIÇÃO COLONIAL

A velha Província de «Entre-Douro-e-Minho», berço da nacionalidade, que deu tantos Marinheiros para as Descobertas, tantos Soldados para as Conquistas, tantos Missionários para a Evangelização dos Povos, e tantos braços para o trabalho e para a defesa das terras conquistadas, não podia ficar indiferente perante a I Exposição Colonial Portuguesa que se realiza na Metrópole, e que é uma síntese do esforço colonizador da Raça, e vai ser uma demonstração, clara e brilhante, da vitalidade e da pujança das nossas Províncias Ultramarinas.

E assim, logo que surgiu a ideia de uma manifestação colectiva de todos os Concelhos de Entre-Douro-e-Minho, de aplauso à Exposição, e de simpatia pelo que a Exposição significa, essa ideia foi acolhida com entusiasmo, e com entusiasmo se trabalha, em toda a Província, para que a sua realização seja triunfal.

Vai sê-lo, de facto: o Povo Minhoto vai mostrar a Portugal inteiro, de Aquem e de Além-mar, como sente, e como vibra com a grandeza da Pátria, a sua velha alma Portuguesa que, desde a primeira hora, animou a Nação.

E há-de vir por aí abaixo até ao Pôrto, envargando os seus trajes regionais, cantando as lindas cantigas das suas terras, e empunhando, com legítimo orgulho, os instrumentos do seu trabalho honrado e fecundo, glorificar em uma apoteose de patriotismo, de alegria, de harmonia e de colorido, o trabalho daqueles Portugueses que em terras de Além-Mar levantaram, e tem sabido conservar, e defender, um Império Colonial que ainda hoje causa a admiração, e a inveja, do Mundo civilizado. Pode o País estar certo de que vai ver no Pôrto um espectáculo que o há-de deslumbrar e enternecer; porque não pode haver nenhum Português que não se sinta comovido quando vir desfilar o Povo dos Concelhos Minhotos, com as suas Câmaras Municipais à frente de estandartes desfaldados, animado por um alto sentimento Nacionalista, e serenamente orgulhoso dos seus braços crestados do Sol e das suas mãos calejadas do trabalho.

Frescas raparigas com os seus lenços garridos e os seus grandes

corações de oiro sôbre, e sob, os coletinhos bordados; mocetões desempenados, afeitos a lidar no campo, de sol a sol; velhas lavradeiras cujos dedos engelhados ainda fiam nas antigas rocas o linho e a lã dos bragaes; honrados lavradores a quem, debruçados sôbre a leiva, as geadas de muitos invernos e os sóis de muitos verões branquearam as cabeças; rudes pescadores que já tem ido à Groenlândia buscar o bacalhau que se come nas ceias da Consoada; delicadas rendilheiras que, à espera dêles, fazem pacientemente rendas maravilhosas; as gentes das serranias do Barroso com as suas «Capuchas» e os seus buréis; sargaceiros da beira-mar com as suas «branquetas»; as gentes do Suajo, as gentes de Aquem Marão; as da Ribeira Lima e as da Ribeira Minho e de Entre-Homem-e-Cávado, da Riba de Ave, da Riba de Vizela, da Riba Tâmega; Camponeses, operários, artistas; o bom Povo emfim, o Povo trabalhador da Província; tudo há-de vir por aí abaixo, se Deus quiser, e com a graça de Deus, visitar a Exposição, em uma grande Parada Regional, formidável e esplêndida; e há-de voltar para as suas terras com a alegria nos corações por os seus olhos terem visto o que nunca viram, e satisfeito por poder contar aos serôes, em volta das lareiras, as maravilhas do Ultramar Português.

Que, afinal, à sua acção se devem também.

Nas Descobertas, nas Conquistas, na Colonização e na Defesa daquelas terras de Cristo, nunca faltavam os filhos do bom Povo Minhoto a dar o seu trabalho, o seu sangue, a sua vida, pelo prestígio e pela grandeza de Portugal.

E por isso êles, os descendentes dos que lançaram as bases do Império, o que para o seu engrandecimento e prosperidade mourejam na terra, querem vir ver o resultado do esforço das gerações que os precederam e daquela a que êles mesmos pertencem, e concorrer com a sua presença, e com o calor do seu entusiasmo patriótico, para dar o mais alto significado a um acto culminante da vida Nacional como vai ser a I Exposição Colonial Portuguesa.

CONDE DE VILLAS-BOAS.

Informação da quinzena O que se faz para a Exposição

ULTRAMAR inaugura, com este número, uma secção de máximo interesse para os seus leitores.

Tudo o que à Exposição diz respeito aqui será noticiado, aqui terá o seu lugar próprio na informação geral.

Tratando-se dum órgão oficial que precisa de trazer quem o lê em dia com o que se passa acerca da grande iniciativa em marcha, esta secção levará a toda a parte onde chega ULTRAMAR as notícias da última quinzena. Coordenando informações que, na imprensa diária, vão tendo o seu aparecimento, terá um papel que é inútil salientar.

E aí tem os leitores o noticiário da quinzena que findou:

Representação de Macau

O governador de Macau pediu um crédito de 10 mil patacas, para custear as despesas a fazer com a representação daquela Colónia na Exposição.

De Macau virão uma orquestra típica e cozinheiros que farão comidas exóticas.

«Stands» na nave central

Os trabalhos da nave central do Palácio estão muito adelantados, tendo sido já marcados os espaços para a instalação de stands.

Comissão Organizadora da Exposição

Na sede da Associação Comercial do Pôrto, reuniu a Comissão Organizadora da I Exposição Colonial Portuguesa, sob a presidência do sr. António de Oliveira Calém que se fez secretariar pelos srs. tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, Agente Geral das Colónias, e tenente Henrique Galvão, director da Exposição.

Estavam, também, presentes os srs. António F. Domingues de Freitas, Ricardo Spratley, Raul de Sousa Ferreira, dr. António Jorge Continho de Lemos Ferreira, Manuel Caetano de Oliveira, Jorge de Viterbo Ferreira e João Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias.

O sr. tenente Henrique Galvão, fez um largo relato dos trabalhos efectuados e a efectuar, que mereceu a aprovação unânime.

Secção de Pecuária

Esteve no Pôrto o sr. dr. António Lebre, médico veterinário, que está encarregado de organizar a secção de Pecuária da Exposição Colonial.

O sr. dr. António Lebre, veio tratar de assuntos que se prendem com a mesma secção.

Cedência do Palácio de Cristal ao Município portuense

A Câmara Municipal do Pôrto, que vem prestando os mais assinalados serviços à cidade, interessando-se, ainda, pelos seus mais instantes problemas, celebrou, em 9 do corrente, a assinatura da escritura da compra do Palácio de Cristal Portuense, seus jardins e demais pertences, onde vai realizar-se, de Junho a Setembro próximo, a I Exposição Colonial Portuguesa. A Comissão Administrativa deu, assim, realidade a uma velha aspiração dos portuenses, adquirindo o Palácio de Cristal para logradouro publico.

O que será, no futuro, êsse magnifico recinto, já o disse o sr. dr. Alfredo de Magalhães, em entrevista concedida a O Comércio do Pôrto, que causou a mais agradável impressão a todos os portuenses.

Album-Catálogo da Exposição

Está elaborado o album-catálogo oficial da Exposição Colonial que tem merecido as melhores atenções, e que sairá sob a direcção do sr. dr. Alberto Pinheiro Torres.

O vasto plano desta obra, grãda para que seja precioso documentário de estudo e informação, compreendendo uma parte literária, outra oficial e, ainda, um vasto elucídario industrial, comercial e agrícola, corresponde, em absoluto, à grandeza da iniciativa que será orgulho do Pôrto e da Nação.

A primeira parte do catálogo está, já, integralmente, realizada, contendo:

Página de abertura, do Ministro das Colónias, sr. dr. Armando Monteiro; **Um artigo**, do Sub-Secretário das Colónias, sr. dr. Francisco Vieira Machado; **Introdução**, do director da Exposição, sr. tenente Henrique Galvão; **As Descobertas**, do sr. general João de Almeida; **A Colonização**, do sr. dr. Vicente Ferreira; **A obra colonial dos últimos anos**: a) O Acção Colonial. b) Realização de uma grande obra. c) O Congresso Colonial.

Restaurante de luxo, sala de chá e retro popular

Foi adjudicada, precedendo concurso, ao sr. Manuel Recarey a exploração do restaurante de luxo, sala de chá e retro popular, que funcionarão no Palácio de Cristal, durante a Exposição.

Concurso para o diploma artístico dos expositores

A direcção da Exposição Colonial resolveu abrir um concurso, limitado, para a confecção dum diploma, a conferir aos expositores oficiais e particulares, nas seguintes condições:

O diploma terá meio metro quadrado, e o desenho pode ser no sentido vertical ou horizontal. Terá uma só cor — sépia, castanho ou azul, com alegorias ou frisos dourados, para impressão foto-litográfica.

O motivo será uma alegoria colonial, com forte expressão moderna (sem futurismo), que marque a acção colonizadora nacional; não sendo considerados os projectos que contenham caravels, padrões, alegorias em estilo manuelino e composições com referência ao passado. E, todavia, permitida a reprodução do emblema da Exposição: a Ordem do Império Colonial.

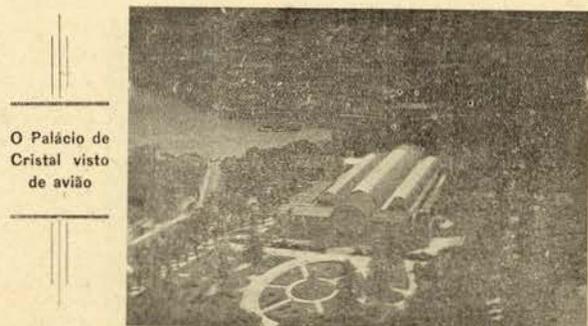
Os dizeres são os seguintes: «I Exposição Colonial Portuguesa — Pôrto, 1934 — Diploma de... conferido a... no grupo... classe... — O júri de recompensas; e espaço para cinco nomes.

As dizeses são os seguintes: «I Exposição Colonial Portuguesa — Pôrto, 1934 — Diploma de... conferido a... no grupo... classe... — O júri de recompensas; e espaço para cinco nomes.

O projecto aprovado cabe a recompensa de 700 escudos; aos projectos classificados em segundo e terceiro lugares 200 a 300 escudos, respectivamente. A importância do primeiro prémio só é entregue ao autor do desenho que esteja em condições de ser confiado à litografia.

O prazo para a recepção dos projectos termina no dia 15 de Março, podendo ser entregues em Lisboa ou Pôrto, em envelopes lacrados, com divisa, acompanhados de uma carta do concorrente, com a indicação do nome, morada e qualquer explicações.

(Continua na 6.ª página)



O Palácio de Cristal visto de avião

UM SENHOR DA HUNGRIA

publicou um livro, sob o título

"LA MISE EN VALEUR DES COLONIES PORTUGAISES,"

prefaciado pelo Sr. Bernard Lavergne, Professor da Faculdade de Direito de Lille

Paulo Osório, transformou a banca de trabalho em mesa de teatro anatómico, e vá de autopsiar, nas colunas do *Diário de Notícias*, o curioso animal, espécie de monstro de qualquer lago sombrio da Hungria.

Não iremos juntar argumentos àqueles que Paulo Osório, muito inteligentemente, produziu, que se podem classificar de crítica ao infeliz e tendencioso trabalho do neo-Colonial teórico o Sr. Elemer Böhm que diz ter lido tudo, estudado tudo, digerido tudo o que, em letra redonda e não redonda, se tem escrito e está arquivado na Biblioteca da Sociedade das Nações.

Compreendemos, porque assim costumamos proceder, que se estudem e apreciem os grandes problemas políticos, sociais e económicos. O problema *Colonial* é um dos que deve apaixonar, dos que merece estudo.

Mas, para as pessoas de boa-fé, merece, além de estudo, a ponderação, a observação e a comparação.

O Sr. Elemer Böhm leu: o Sr. Böhm porém, não ponderou, não observou, não comparou. Digerindo, bem ou mal, o que leu, deduziu insuficientemente, tendenciosamente.

Para o auxiliar, para o ensinar e ainda porque, naturalmente, não os leu, damos-lhe, transcendendo-os, alguns períodos de magistral discurso proferido pelo Ministro das Colónias da República Portuguesa, na sessão inaugural do Instituto Colonial Internacional que teve a sua 23.ª Reunião em Lisboa, no Parlamento, nos dias 18 a 21 de Abril na qual tomaram parte, como congressistas, as mais altas personalidades delegadas da Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Itália. Sem contar com os congressistas portugueses, entre os quais se

contavam as individualidades mais autorizadas no Objecto Colonial.

Pois o Sr. Ministro das Colónias disse, entre outras, estas verdades:

Quant'ò a esforço demográfico

«Permitam-me que orgulhosamente cite alguns números. Em 1913, apenas 24.389 europeus viviam nos 3.000.000 de quilómetros quadrados que tinham de superfície as vastas colónias alemãs espalhadas pelo globo; nas grandes colónias italianas de África, segundo dados dignos de fé, habitam agora 54.500 europeus; nos 7.000.000 de quilómetros que tem de superfície a África Ocidental e Equatorial Francesa no Camarão e Madagascar vivem 49.000 europeus e assimilados; no Congo Belga, com os seus 2.336.000 quilómetros quadrados, havia, há pouco, 20.000 europeus; na Gold Coast, Serra Leoa, Kénia, Uganda, Tanganica, Zanzibar, Niassaland e Rodésia do Norte, segundo publicações merecedoras de crédito, não haverá mais de 42.000.

Só nas colónias portuguesas da África residem, na hora actual, calculando baixo, não menos de 60.000 europeus e mais de 120.000 assimilados.

Se pusermos estes números em confronto com as superfícies e com as populações negras a que se referem, a importância do esforço colonizador português avulta singularmente.

Na verdade, vemos que enquanto nas colónias alemãs citadas havia 20 brancos por 10.000 negros, nas inglesas havia 25 europeus, nas francesas, 22 e no Congo, 24 — nas colónias portuguesas existem 80. E enquanto que a mais favorecida das nações referidas tinha 24 europeus por 1.000 quilómetros quadrados, Portugal tinha 30. E destes últimos é nacional a grande massa, porque a população estrangeira é ainda hoje, nos nossos domínios ultramarinos, insignificante — a pesar de todas as facilidades que lhe damos para se estabelecer».

Quanto a esforço económico

«Em 1928, o comércio total das colónias da África Ocidental Francesa, com os seus 11.000.000 de habitantes, foi de 2.761 milhões de francos: a cada pessoa pertenceram 249 francos. No mesmo ano, a África Equatorial Francesa, Madagascar e suas de-

pendências, movimentaram 1.150 milhões de francos nas suas importações e exportações: a cada um dos 6.750.000 habitantes que estes domínios abriga, corresponde uma quota de 230 francos. Traduzem estes números um esforço de extraordinária importância e intensidade.

Em 1929, o comércio geral das colónias inglesas de Kénia, Uganda e Tanganica somou 26.071.291 libras — o que corresponde a £ 2-6 shs. por cabeça. A Nigéria, povoada por mais de 19 milhões de negros, teve um comércio avaliado em cerca de 31 milhões de libras — ou seja por habitante £ 1-12.

As colónias italianas de África tiveram em 1930 um comércio marítimo que veio totalizado em 851,5 milhões de liras: é de 373 liras a capitação obtida, que represente um resultado digno de nota.

O comércio externo do Congo Belga atingiu em 1930 o enorme quantitativo de 3.320 milhões de francos: são 395 francos por habitante. Não podiam sequer sonhar com estas cifras os ousados pioneiros belgas, que, não há ainda muitos anos, trouxeram o Congo para a Civilização, escrevendo na história do seu país páginas de imperecível glória. Os seus esforços e lutas frutificaram em larga seara.

Tendo falado dos outros, não parecerá mal que fale agora do meu País. Fica bem no alto dos números citados os algoritmos que marcam o movimento comercial das colónias portuguesas de África. Em 1930 somou-lhe a enorme quantia de 4.244.578 milhares de escudos. A- pesar-da crise, a

capitação comercial correspondente foi de cerca de 598 escudos.

As afirmações feitas, que acabamos de transcrever, são verdadeiras e são produto dum estudo e duma observação de quem não pode, nem deve, brincar com coisas serias, como o faz o sr. Elemer Böhm, acolitado pelo Lavergne, ambos doutores em... direito. E, se dúvida, meta-se a caminho e vá observar, *in-loco* a Obra Colonial dos Portugueses e verifique que o esforço da nossa raça, comparado com o de outras mais endinheiradas e de maior expoente demográfico, é digno do apreço e do respeito dos que, de boa-fé, se abalançam a estudar e comentar e apreciar problemas que não estão ao alcance de qualquer, por muito doutor e muito hungaro que seja.

A não ser que desageitado senhor da Hungria seja mais um *condottieri* à jorna dos vários Cadburys e Ross que andam por esse mundo ao serviço de vários e inconfessáveis interesses.

EDUARDO LOPES.

Informação da quinzena

(Continuação da pág. n.º 6)

aprovados, forem considerados dignos disso, serão expostos ao público, em local escolhido na Exposição, com excepção dos que, pelos seus autores, não forem autorizados.

Na Agência Geral das Colónias, em Lisboa, podem ser consultados os diplomas que ao mesmo organismo foram conferidos em exposições nacionais e internacionais, para orientação.

Abertura solene da Exposição

Está já esboçado o programa da abertura solene da Exposição Colonial, em 15 de Junho. A esse acto virão assistir o Chefe do Estado corpo diplomático e todos os membros do Governo que, nessa data, possam deslocar-se a esta cidade.

No dia da abertura do certame, realizar-se-á, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, uma sessão solene, presidida pelo sr. general Oscar Carmona, presidente da República.

Sala D. João V, do Palácio de Cristal

A sala D. João V, do Palácio de Cristal, que foi destruída por um incêndio, vai ser reconstruída, iniciando-se, brevemente, as respectivas obras. O projecto da reconstrução, da autoria do architecto sr. Rogério de Azevedo, já foi apresentado.

Direcção técnica da Exposição

O director técnico e adjunto da Exposição tem ido, várias vezes, à capital, a fim de tratar de assuntos que se prendem com a realização do certame, tendo conferenciado, várias vezes, também, com o illustre titular da pasta das Colónias.

Colaboração do Município portuense na Exposição

No gabinete da presidência da Câmara Municipal do Porto, realizou-se uma importante reunião entre a Comissão Administrativa do Município e o director da Exposição Colonial.

Tratou-se, nessa reunião, da colaboração da Câmara nos trabalhos e na organização do grandioso certame.

Finda a reunião, à 1 hora da madrugada, o sr. dr. Alfredo de Magalhães informou os representantes da imprensa dos objectivos da Câmara quanto à Exposição Colonial. Colaborando, de facto, com a direcção técnica, a Câmara promoverá, por altura da realização do certame, as Festas da Cidade, que obedecerão a um programa atraente e brilhante. Serão organizadas duas grandiosas

paradas, uma agrícola, com delegações de todas as províncias portuguesas, e outra colonial, com animais de seta africana.

Na mesma reunião foi, largamente, debatido o problema dos alojamentos para os visitantes, que a Câmara e a direcção técnica da Exposição procurarão remediar o melhor possível.

Foi, também, apreciado o meio de dar uma maior intensidade ao intercâmbio lusogalaico e estendê-lo a todas as outras regiões espanholas, para as pôr em contacto com as actividades coloniais portuguesas.

Se a Câmara puder dispor do Palácio das Carrancas, realizar-se-á, na aquela antiga residência real, uma exposição retrospectiva da arte pura e decorativa dos últimos cem anos.

O sr. tenente Henrique Galvão referiu-se à necessidade da Câmara iniciar, o mais brevemente possível, as obras que lhe compete levar a cabo no Palácio de Cristal.

Parada Agrícola

O sr. conde de Vilas-Boas está a trabalhar, activamente, na organização da Parada Agrícola, que vai ser levada a efeito, durante a Exposição. Essa parada deve apresentar-se brilhantíssima, a avaliar pelo número de adesões já recebidas. A Exposição Colonial será, assim, além duma eloquente manifestação do nosso valor como povo colonizador, uma afirmação do nosso desenvolvimento comercial, industrial e agrícola.

Luna-Parque

Já foi assinado o contrato da instalação dum Luna-Parque, cujas obras serão começadas por estes dias.

Pavilhões coloniais

Os pavilhões coloniais estão, já, na sua quasi totalidade, concluídos.

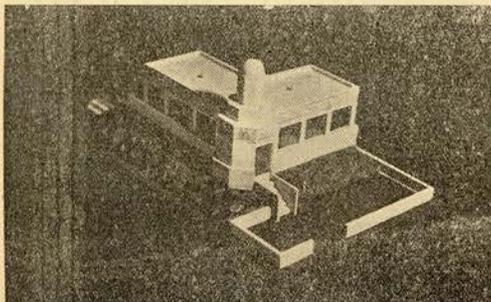
As obras do Arco dos Vice-Reis, cópia fiel do da Índia, e da Torre da Guiné, cópia fiel da de Macau, estão adiantadíssimas.

Expositores particulares

Começaram, já, a ser montados os stands dos expositores particulares. Já foram marcados os respectivos lugares.

Dioramas dos Caminhos de Ferro Coloniais

Foram entregues ao director-técnico da Exposição Colonial, os dioramas dos Caminhos de Ferro Coloniais, três grandes pan-



A Secção do Turismo Nacional, a que se alude no outro local de ULTRAMAR, terá, na Exposição, representação condigna no pavilhão de que se reproduz, aqui, o interessante projecto.

neaux, cenografados pelos artistas portugueses srs. Tomaz Costa e César Abbott.

Os três **panneaux**, que representam, de forma brilhante e sugestiva, a grandeza do nosso Império Colonial, foram aprovados pelos srs. Ministro das Colónias e director técnico da Exposição.

Os mesmos artistas foram encarregados dos planifícios marítimo-coloniais, que tão grande êxito obtiveram na Exposição Colonial Internacional de Paris.

Trabalhadores para as obras em curso

Vão ser admitidas mais brigadas de trabalhadores para as obras da Exposição Colonial. A direcção técnica da Exposição, que elaborou um boletim para a inscrição de trabalhadores, chamará muitos dos operários inscritos, que estejam desempregados.

Visita do Sub-Secretário das Colónias

O sr. dr. Francisco Vieira Machado, ilustre Sub-Secretário das Colónias, visitará, brevemente, as obras da Exposição.

Inscrição de expositores

A Direcção da Exposição Colonial chama a atenção de todas as empresas, firmas ou indivíduos da Metrópole que desejem concorrer à I Exposição Colonial Portuguesa, informando que a inscrição de expositores será encerrada em 28 do mês corrente, nos termos do artigo 38.º do Regulamento Geral. Depois desta data, até 30 de Março, as inscrições, nos termos do artigo 41.º do Regulamento Geral, corresponde uma taxa de inscrição do triplo da normal.

Depois de 30 de Março, sob nenhum pretexto podem ser admitidas mais inscrições.

Secção das Missões Religiosas

Conferenciou com a direcção técnica da Exposição o sr. arcebispo-bispo D. João Evangelista de Lima Vidal, Superior das Missões Religiosas no Ultramar.

O ilustre prelado veio tratar da instalação da secção das Missões Religiosas na Exposição, que agrupará os Ordens dos padres seculares, do Espírito Santo, dos franciscanos e dos jesuítas, documentando-se a sua acção nas Colónias portuguesas, na catequese missionária, na instrução e assistência médica.

Representação do Conselho Nacional de Turismo

Estêve no Pôrto, a tratar de assuntos que se prendem com a representação do Conselho Nacional de Turismo na Exposição Colonial, o arquitecto sr. Sanches de Castro, membro daquele Conselho.

O sr. Sanches de Castro teve uma memoranda conferência com o sr. Mimoso Moreira.

O Conselho Nacional de Turismo, sob a direcção do sr. brigadeiro Silveira e Castro, apresentará, num pavilhão de 300 metros quadrados — que será o maior e o mais grandioso da Exposição Colonial — um documentário completo de belos assuntos de propaganda turística, referente a todas as regiões do nosso País. Esse pavilhão funcionará como valioso elemento de cultura e como lição prática dos modernos ensinamentos de atracção turística.

Representação de Angola

O Governo Geral de Angola comunicou que escolheu o director da Secção da Colónia sr. dr. Almeida de Eça para delegado do mesmo Governo na organização da representação de Angola na Exposição Colonial.

Obras nas grandes naves

Sob a direcção do sr. engenheiro Mouton Osório, prosseguem, activamente, os trabalhos de construção de diversos pavilhões da Exposição Colonial. O edificio das grandes naves está, já, transfigurado, vindo-se as fachadas principais encobertas com gigantescas armações em madeira, que, dentro de breves dias, começarão a ser revestidas da máscara impermeável, sobre a qual ficarão figurados interessantes motivos de arte decorativa, segundo um projecto de efeitos surpreendentes.

Vários artistas colaboram, activamente, naqueles trabalhos, estando, já, concluídos alguns **panneaux** alusivos aos usos e costumes indígenas e ao valor económico dos mercados das nossas possessões ultramarinas.

UMA ENTREVISTA OPORTUNA

Do jornal *O Século* transcrevemos parte da interessante entrevista que há dias lhe concedeu sobre a realização da Exposição Colonial no Pôrto o seu director, sr. tenente Henrique Galvão:

«Os motivos que determinaram a escolha do Porto para realizar a Exposição»

— Por que foi escolhido — preguntamos — o Pôrto, para realizar o certame?

— A Exposição Colonial é uma antiga aspiração de alguns portugueses que constituíram o Movimento Nacional Pro-Colónias. Com a persistência que é própria dos homens do Norte, não deixaram de lutar pela realização da sua idea. Esse direito de quem se dedica por uma causa constitui uma das razões que levou o Governo a escolher a cidade do Pôrto, para se realizar a I Exposição Colonial Portuguesa. Outras há ponderosas, menos sentimentais e mais práticas: O Pôrto é a capital da parte mais populosa do País; está, também, no centro da região em que as actividades industrial e comercial são mais intensas. Não pode haver em Portugal uma realização serie em matéria de propaganda colonial, que não procure incidir especialmente sobre as provincias nortenhas. Além disso, apesar destas circunstâncias, é exactamente no Pôrto e na região norte do País que a propaganda tem sido mais descurada. Entre muitas outras razões, estas são suficientes.

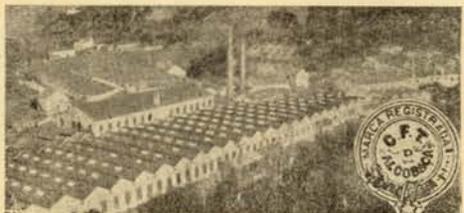
«A Exposição não inaugurará uma nova politica colonial — reflecti-la-á. Será uma consequência — não será uma causa. A nova politica colonial e obra do Governo e a Exposição Colonial Portuguesa é um capitulo dessa obra, em matéria de propaganda. No entanto, se me perguntar se a Exposição Colonial pretende ser uma expressão viva, animada e didáctica da nova politica colonial portuguesa, dir-lhe-ei, sem hesitar, que sim

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCOBAÇA

(Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada)

FUNDADA EM 1875

SEDE NO PORTO: Trav. da Fábrica, 27-31 (Armação e Escalvado) TELEFONE 4 5 6 5 (P. B. X.)



AGENCIA EM LISBOA: Rua dos Douradores, 21-1.º TELEFONE 2,7615

Premiada com medalhas de ouro, prata e cobre em várias exposições

e que é esse um dos seus objectivos. A sua influencia deve fazer-se sentir, sobretudo na metropole, onde, apesar da propaganda dos últimos anos, as colónias são, ainda, ignoradas ou mal conhecidas. Não sei o que seja pior: se ignorá-las, se não ter sobre elas senão as pobres ideas e o magro sentimento que resultam das endeixas e lugares-comuns duma propaganda puramente verbalista. Espero que a influencia da Exposição esclareça muita ignorância, corrija muitas ideas falsas e forme um novo sentimento sadio — isto é, espero que através della os portugueses que a visitarem aprendam a amar as colónias, sem perigo de excessos de optimismo nem envenenados habitual pessimismo indigena: dentro duma verdade tão completamente representada quanto possível.

O problema dos alojamentos para os forasteiros e as instalações do certame

Depois duma pausa, o nosso entrevistado prosseguiu:

— A Exposição — não tenho a esse respeito a menor dúvida — será visitada por grandes multidões de forasteiros, não só portugueses, como estrangeiros também. Das provincias limítrofes de Espanha, sobretudo da Galizia, virá muita gente. As companhias de caminhos de ferro e outras empresas de transporte asseguraram facilidades excepcionais de deslocamento, o que terá como consequência, naturalmente, maior affluencia de visitantes. Tenho insistido junto dos proprietários de hotéis e pensões e tenho procurado por todas as formas ao meu alcance resolver o problema do alojamento dos forasteiros. O sr. governador civil do Pôrto, a quem a Exposição deve o mais decidido e intelligente dos apoios, está estudando o problema, também. A Câmara Municipal e a Associação dos Comerciantes juntam os seus esforços aos nossos para que não faltem, em quantidade e qualidade, alojamentos no Pôrto. Evidentemente, há que contar não só com os hotéis e pensões da cidade, mas, também, com os dos arredores: Santo Tirso, Braga, Vila do Conde, Póvoa, etc. tem que ser consideradas. Além de serem pontos de turismo que são facilmente alcançados por

quem visitar a Exposição, e que o publico não deixará de frequentar, ficam a tão curta distancia do Pôrto, que os seus hotéis podem servir, com muita utilidade, os forasteiros desse tempo.

Preguntamos se o numero de expositores era satisfatorio, e ouvimos:

— Excedem todas as expectativas. No interior do edificio, não há um centimetro quadrado de espaço livre. No exterior, a dois meses do prazo do encerramento da inscrição, há cerca de duzentos terrenos alugados. Só a Secção Industrial Metropolitana terá todo o valor duma grande exposição Industrial Portuguesa.

«Só considero retardatários até ó ultimo dia do prazo de inscrição. Depois disso, sob pretexto algum, podem ser recebidos mais expositores. A Exposição há-de abrir no dia marcado, isto é, a 15 ou 16 de Junho — e com tudo pronto e nos seus lugares. Se é vulgar e quasi fatal inaugurar exposições com obras por concluir, fixo a varrer-se á pressa, improvisação e precipitação, com a Exposição Colonial Portuguesa isso não sucederá. Portanto, quem desejar inscrever-se que o faça dentro do prazo, porque tem muito tempo para isso.

Inquirimos se o Palácio de Cristal chegaria para o certame e o sr. tenente Henrique Galvão declarou:

— Decerto. Se fosse maior, melhor seria. Se fosse mais pequeno, também, havia de chegar. O plano foi girado e está sendo executado, para o Palácio e jardins respectivos. Como, desde principio, é um plano e não um sonho — os terrenos chegam. Creio, até, poder assegurar que, com as verbas de que se dispõe para fazer a Exposição, não há de Norte a Sul do País nenhum local que ofereça tão boas condições, como o Palácio de Cristal do Pôrto.

O nosso entrevistado, a concluir: — Os portugueses são briosos, baírristas e orgulhosos das suas manifestações. A Exposição é nacional vai acima de quaisquer baírrismos; mas isso não impede que os portugueses a tenham, e com razão, como uma realização sua. Assim, naturalmente, tem por ela o interesse e o entusiasmo que eu próprio tenho e que — espero-o — virão a ter os portugueses, que nela aprenderem a amar um pouco mais a sua terra de A quem e de Além mar».

OURIVESARIA ALIANÇA

A MAIOR DE PORTUGAL E DA PENINSULA

Fabrica e vende directamente ao publico toda a variedade de Pratarías cinzeladas, Artigos de ouro, Joias e Filigranas — desde o mais pequeno objecto ao de mais valor e arte.

Grande Prémio no Rio de Janeiro — Membro do Júri em Sevilha — Grande Diploma do Instituto Brasileiro — Grande Diploma Especial na Exposição Colonial de Paris — Presidente do Júri na Grande Exposição Industrial Portuguesa 1932-1933 — Condecorada pelo Governo com a Ordem de Mérito Industrial.

191, Rua das Flores, 211 — PORTO





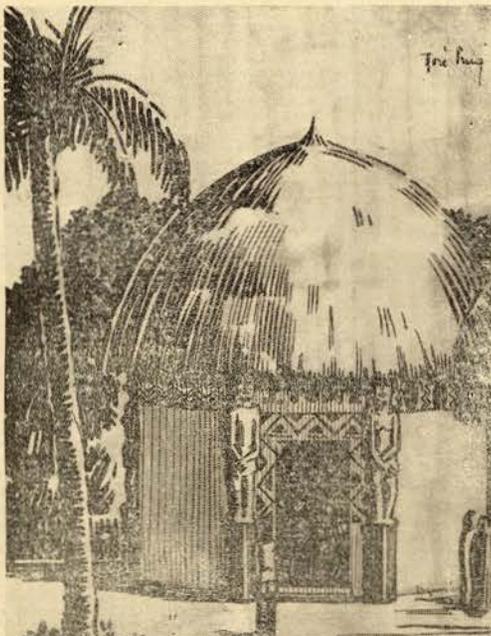
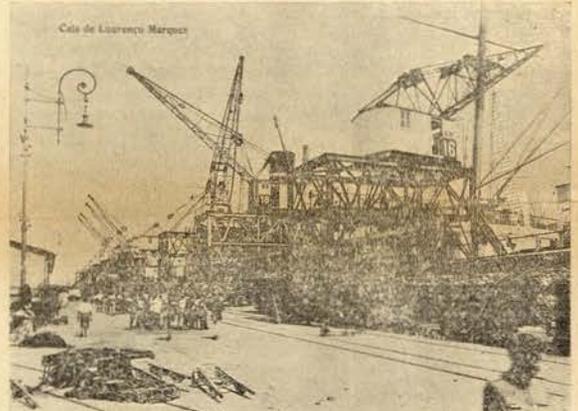
O elefante, símbolo da força, verdadeiro rei dos animais, mostrará, à entrada da Exposição, o vulto majestoso e será, assim, por assim dizer, o «ex-libris» do certame.

ESTE NÚMERO FOI VISADO
PELA COMISSÃO DE CENSURA



No oval: um tecelão zambesiano. — Alguns trabalhos feitos a missanga por indígenas do Zambeze

À direita: Cais de Lourenço Marques



À esquerda: A nota típica, retintamente colonial, será dada, na Exposição, por pavilhões do carácter deste, reproduzindo, com fidelidade, um pedaço vivo da África portuguesa que se destina a representar

À direita: A entrada da antiga Avenida das Tílias, no recinto da Exposição, vai ser erguida, em reprodução fidelíssima, o famoso Arco dos Vice-reis da Índia, monumento histórico que afirma, na Goa do gigantesco Albuquerque, a grandeza do esforço português

